

UMA ABORDAGEM PERTINENTE SOBRE A FUNÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CONDUZIDO PELA GESTÃO DEMOCRÁTICA

ARUDA, Layra Cristina¹
COELHO, Jean Carlos²
Layraaruda1@gmail.com

RESUMO:

Este artigo é uma abordagem relevante sobre o papel do Projeto Político-Pedagógico conduzido pela escola democrática, abordando a seguinte problemática, “É possível que uma instituição se desenvolva com a ausência do PPP?”. Tem por objetivo apresentar a relevância do Projeto Político-Pedagógico para a gestão escolar. Bem como explicitar como ocorre o processo de construção coletiva do PPP em uma unidade de ensino. Evidenciando a importância da autonomia e da independência dos espaços educativos e identificando de que forma o PPP auxilia a organização da escola, sendo ele um dos vários articuladores das ações da escola. Usou-se a metodologia de cunho qualitativo na organização da revisão bibliográfica. De maneira a ser dispensada a comprovação por meio de testes e experiências. Assim, resultando na impossibilidade de uma instituição de ensino, se consolidar e trabalhar sem o documento referido, devido ao planejamento institucional prévio em relação a toda ação, tanto em âmbito físico, pessoal e teórico, de forma democrática, onde toda a comunidade escolar precisa participar deste planejamento, sendo o PPP o meio pelo qual essa democracia se constitui e se concretiza. Portanto, é imprescindível o envolvimento de todos nessa organização de ensino.

Palavras-chave: Instituição de Ensino, Projeto Político-Pedagógico; Gestão democrática.

A RELEVANT APPROACH ON THE FUNCTION OF THE POLITICAL- PEDAGOGICAL PROJECT CONDUCTED BY DEMOCRATIC MANAGEMENT

ABSTRACT

¹ Acadêmica do 8º Período do curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz.

² Orientador de TCC do curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz.

This article is a relevant approach on the role of the Political-Pedagogical Project conducted by the democratic school, addressing the following problematic, “Is it possible that an institution develops in the absence of the PPP?”. It aims to present the importance of the Political-Pedagogical Project for school management. As well as explain how the process of collective construction of the PPP in a teaching unit occurs. Emphasizing the importance of autonomy and independence of educational spaces and identifying how the PPP helps the school organization, being one of several articulators of the school's actions. The qualitative methodology was used in the organization of the bibliographic review. In order to be excused the evidence by means of tests and experiments. Thus, resulting in the impossibility of an educational institution, consolidate itself and work without the mentioned document, due to the previous institutional planning in relation to all action, in physical, personal and theoretical, in a democratic way, where the whole school community needs to be part of this planning, being PPP the wayby which this democracy is constituted and achieved. Therefore, it is imperative the involvement of everybody in this teaching organization.

KEYWORDS: Teaching Institution, Political Pedagogical Project; Management.

1 INTRODUÇÃO

Surge a partir do momento do estágio na formação onde ao me deparar com o PPP da escola, despertou-me à curiosidade em entender um pouco mais sobre esse documento e sua funcionalidade no meio escolar. Em meio a esta curiosidade surge à questão que norteia esse estudo. É possível que uma instituição se desenvolva com a ausência do PPP?

Esta pesquisa evidenciará a dimensão do PPP (Projeto Político-Pedagógico) em relação a uma educação de qualidade, abordará a importância da autonomia e da independência dos espaços educativos; dessa forma, provocar uma reflexão sobre uma gestão democrática e participativa, assim apresentando como as práticas devem ser realizadas e suas decisões serem discutidas e tomadas nas propostas de ensino, motivando o trabalho conjunto. Nesse pensamento salienta Veiga (1996):

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isso significa resgatar a escola como espaço público, como lugar de debate, do diálogo fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações

necessárias à organização do trabalho pedagógico que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. (VEIGA, 1996, p.02).

É essencial que haja a compreensão desse documento em questão, pois é ele que mostrará caminhos fundamentais na construção do trabalho pedagógico que incorpora o trabalho do professor na ação do interior da sala de aula. Para a elaboração desse projeto é de extrema relevância a participação efetiva de todos os que influenciam no andamento da instituição, até mesmo os pais/responsáveis dos alunos, visando sempre uma transformação social, tendo em vista que o PPP é de caráter inovador e articulador, deve se adequar as carências de cada instituição, assim segundo Veiga (1995) é “articular, elaborar, construir projeto próprio, implementar e aperfeiçoar constantemente, envolvendo de forma criativa e prazerosa [...] num processo coletivo, é um grande desafio” .

Até mesmo, esse estudo influenciará na formação do futuro pedagogo, apresentando-os a sua devida magnitude na sua indispensável ação. Dessa forma, evidenciando-se a importância da ação conjunta e se destaca o porquê de se aprofundar nesse assunto.

Voltado para a sociedade ele contribui, sobretudo no entendimento e apropriação deste documento na gestão escolar entre outros setores que o mesmo é pertinente. Trazendo como isso uma melhor qualidade no ensino, sendo este estendido para a sociedade onde o educando está inserido.

No meio acadêmico o olhar para este documento nos faz refletir sobre nossa prática no futuro e com isso numa melhor qualidade na atuação profissional.

2 DISCUSSÃO

A palavra “Instituição” está definida, no dicionário de língua portuguesa como: Ação de instituir, sociedade de caráter social, educacional, filantrópico e religioso. As instituições de ensino conforme definida na Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, são estruturas voltadas pra o âmbito educacional, podendo ser classificadas em públicas e privadas, as quais seguem parâmetros pra seu funcionamento e sofrem avaliações de qualidade e efetivação pelo poder público, o Art. 19 esclarece essas classes de ensino; I - públicas assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo

Poder Público; II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

No Artigo 20º dessa LDB destacam-se algumas características e particularidades das instituições de ensino da rede privada; que normalmente são administradas por pessoas jurídicas ou físicas;

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentam as características dos incisos abaixo;

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – filantrópicas, na forma da lei.

E no Art. 7º da presente LDB, ressaltam-se alguns dos parâmetros que devem ser seguidos;

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Já, as instituições Públicas são controladas e regidas pelo poder público, a qual segue o Art. 3º da LDB; o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O Projeto Político-Pedagógico tem sua origem no Brasil no final dos anos 80, como uma consequência de políticas contrárias a ditadura político educacional que se passava naquela época. No decorrer da ditadura a organização da educação era centrada com imposições que transformavam a instituição escolar apenas em cumpridora da legislação vigente. Porém, com a Constituição Federal de 1988, a luta pela gestão democrática da instituição pública foi concretizada, como uma reação à política de centralização (BRASIL, 1997).

O Projeto Político-Pedagógico se originou como um considerável meio para que as escolas pudessem encarar a diversidade, sendo este, um dos maiores obstáculos até mesmo na atualidade. Portanto, é fundamental entender que o PPP contorna as visões de mundo e as políticas públicas, bem como dos gestores das escolas, da equipe de professores, pois todos estão inclusos no fazer pedagógico. É o Projeto Político-Pedagógico que direciona o caminho que a escola deverá seguir, construindo sua própria identidade. O Projeto é algo que nunca estará concluído e deve sempre manter o foco ao principal objetivo da escola para garantir um ensino/aprendizagem eficaz (VEIGA, 1995).

Um projeto que visa uma escola cidadã, participativa, democrática e autônoma pode chegar aos seus objetivos, à proporção que propõe uma construção coletiva, por meio do envolvimento dos seus elementos, que segundo Veiga (1995, p. 12), “não é algo construído e arquivado ou encaminhado as autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. É vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos”. Também destaca que:

A principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. (VEIGA, 2007, p.14)

O termo projeto se remete a intenção, a projetar-se. Neste contexto, o projeto é a ideia inicial dos objetivos da escola. Gadotti (1994) apresenta sua definição em relação a projeto:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se,

atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores [...] (GADOTTI, 1994, p. 579).

O “político” está relacionado ao significado de exercer a política de zelar o que é público, ter competência no que diz respeito às relações sociais. Politizar no ambiente escolar é manifestar para seus educandos e demais integrantes, a compreensão dos direitos e deveres dos indivíduos. O ato político proporciona a centralização de pessoas em volta de ideais e valores, é fundamentalmente democrático.

O “pedagógico” se refere à concretização do intuito da educação, que é a prática de ensinar e de aprender. Logo, “a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1983, p. 93), com o objetivo de prever situações e ações no ensino conforme a necessidade educacional da instituição e de cada aluno.

Partindo dessa perspectiva, o projeto da instituição é a sua exibição política, isto é, o registro em que está definida a filosofia da escola e suas concepções. O Currículo que inclui a gestão democrática é local em que estão destacados os conteúdos que foram construídos ao longo da história pela equipe docente e o que a escola tem de melhor a proporcionar.

A Gestão Democrática, segundo Araújo (2000), nas instituições de ensino deve ser composta por quatro elementos imprescindíveis; a participação, pluralismo, transparência e autonomia. Considerando que muitas escolas não as aplicam, é o pluralismo, que se efetiva na figura de reconhecer que existem várias identidades, diversas culturas e interesses em um mesmo ambiente escolar.

Dessa forma, a autonomia deve ser tomada através da socialização externa e interna da instituição, politizando o ambiente escolar e favorecendo o progresso de dois traços indispensáveis da autonomia escolar: a autonomia dos sujeitos sociais e a autonomia das escolas (Araújo, 2000).

Outro componente relevante da Gestão Democrática é a Transparência, cujo componente acaba se tornando uma questão ética, que se torna indispensável em qualquer estabelecimento de ensino ou de qualquer outra natureza.

A transparência afirma e garante a dimensão política da escola. Sua existência pressupõe a construção de forma primordial em todos os setores da economia, algo que não seria diferente nesta área da Educação. Segundo Araújo (2000) “um espaço público vigoroso e aberto às diversidades de opiniões e concepções de mundo, contemplando a participação de todos que estão envolvidos com a escola”.

O Projeto realizado coletivamente pode ser o principal meio para se estabelecer a individualidade escolar. Uma instituição escolar com suas particularidades em evidência considera-se um ambiente sólido e autônomo, avaliando com mais eficácia os projetos e tendências pedagógicas, proporcionando-lhe meios mais viáveis e coerentes para um ensino de qualidade.

A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora (VEIGA, 1998, p. 18).

Ferreira (1999) aborda o conceito de gestão, destacando sua relevância ao gerir uma instituição de ensino de maneira participativa,

Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão –, de quem tem consciência do coletivo – democrática –, de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação.

3 METODOLOGIA

A expressão gestão democrática vem sendo empregada nos dias atuais, distanciando-se da antiga associação de centralizadora e burocrática de gestão, passando a ter um sentido mais amplo e dinâmico. Sem deixar de ser um processo formal de cunho obrigatório nas escolas. Portanto, em relação ao contexto educacional, Ferreira (2003) salienta que as tomadas de decisões devem ser adotadas com a participação de todos os envolvidos, sendo essa uma das características da gestão democrática.

A gestão da educação, enquanto tomada de decisão, organização, direção e participação, não se reduz e circunscreve na responsabilidade de construção do projeto político-pedagógico. A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e especialmente na sala de aula, onde se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do

planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões e para o estabelecimento de novas políticas [...] (FERREIRA, 2003, p. 16).

Ferreira (2003) defende a construção do PPP de maneira coletiva e democrática, levando em conta que é um documento que norteia toda a organização escolar e objetiva a qualidade da educação do seu início até o resultado do aprendizado final.

A Constituição de 1988 encaminhou relevantes transformações políticas para nosso país. Na área educacional ocorreram melhorias importantes, entre elas a segurança da gestão democrática na educação pública e privada.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9394/96 em seu Art. 14, apresenta os princípios que abrangem e norteiam a gestão democrática nas escolas. De acordo com esse artigo, a LDB reforça que o Projeto Político-Pedagógico de uma escola precisa ser estruturado com a participação de todos os profissionais envolvidos na educação, sendo que o conselho escolar deve abranger os professores e os demais funcionários da instituição e, dessa forma, a gestão envolverá toda a comunidade, em que toda a equipe participará dos pareceres. Conforme LDB (2004):

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

De acordo com a LDB, os sistemas de ensino devem oportunizar a gestão democrática através de duas ferramentas importantes para incentivar a participação:

a) projeto político-pedagógico da escola, elaborado pelos profissionais da educação;

b) conselhos escolares que incluem membros da comunidade escolar.

Para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico devem ser levadas em consideração algumas questões que a LDB 9394/96 aborda em seu Art. 3º, tais quais:

I. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;

II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III. Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; 20

IV. Respeito à liberdade e apreço a tolerância;

V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

- VII. Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação do sistema de ensino;
- IX. Garantia do padrão de qualidade;
- X. Valorização da experiência extracurricular;
- XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A sistematização do trabalho escolar é de responsabilidade de toda a equipe educacional, que deve ser acompanhado diariamente, pois, segundo Veiga (1995), a prática produzida pelo homem reflete na natureza como forma de organizar dos recursos materiais, de certa forma, assegurando a construção de bens e a reprodução da espécie; a prática social em que compõe sua espécie, em que os homens se relacionam, é a ação simbolizadora em que os vínculos produtivos e sociais são representados.

Assim, o Projeto Político Pedagógico direciona uma direção, um caminho específico para tal responsabilidade definida de maneira coletiva. Veiga (2004) afirma:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola. (VEIGA, 2004, p. 38)

Certos documentos são essenciais para que um ambiente educacional exerça sua tarefa, sendo eles o Regimento escolar, Livro de registro da classe o Projeto Político-Pedagógico, o Plano de trabalho docente e a Proposta pedagógica curricular. Esses documentos, exceto o Livro de registro da classe, devem ser estruturados e sistematizados com o envolvimento da comunidade escolar.

Veiga (2002) destaca em sua fala o Currículo como elemento constitutivo do PPP, que assim como outros autores defende uma construção coletiva e flexível, enfatizando um ensino sistematizado de qualidade.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, Portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002, p.7)

Para Veiga (1995) o Projeto Político-Pedagógico está relacionado com a sistematização do trabalho pedagógico em duas etapas, a organização da escola de maneira geral e com a organização da sala de aula, abordando sua ligação com o contexto social para tentar conservar uma visão geral e traçar a organização do fazer pedagógico na sua totalidade. Dessa forma, Saviani (1985) ressalta a seriedade da organização escolar por parte do pedagogo, mas sem descuidar do foco que é um ensino de qualidade, enfatizando a influência dos pedagogos na organização dos fazeres escolar e sem desviar do objetivo final, a difusão do saber e o melhor método para que isso ocorra por meio do Projeto Político-Pedagógico.

Empenhem-se no domínio das formas que possam garantir às camadas populares o ingresso na cultura letrada, vale dizer, a apropriação dos conhecimentos sistematizados. E, no interior das escolas, lembrem-se sempre de que o papel próprio de vocês será provê-las de uma organização tal que cada criança, cada educando, em especial aquele das camadas trabalhadoras, não veja frustrada a sua aspiração de assimilar os conhecimentos metódicos, incorporando-os como instrumento irreversível a partir do qual será possível conferir uma nova qualidade às suas lutas no seio da sociedade. A vocês cabe, pois, velar no interior das escolas para que elas não se percam num sem-número de atividades acessórias, desviando-se de seu papel fundamental que é a difusão do saber sistematizado [...] (SAVIANI, 1985, p. 28).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, podemos perceber os argumentos dos autores em relação à problemática em destaque, sendo que todos evidenciam a permanência do Projeto Político-Pedagógico e sua construção de maneira coletiva e participativa, de maneira que se garanta uma gestão democrática seguida pelos seus quatro componentes.

Assim, reitera-se que o Projeto Político-Pedagógico deve ser construído pela escola juntamente com os profissionais envolvidos neste meio e, comunidade escolar, pois o documento norteia todas as ações relacionadas a instituição, de modo a gerar um ensino-aprendizagem de qualidade para os educandos.

Dessa forma, reconhecemos que a elaboração de tal documento só é e será possível se for conduzida por esse modelo de gestão em toda instituição de ensino, visando as características e particularidades de cada ambiente escolar de maneira geral, levando em consideração a pluralidade dentro de um mesmo ambiente, não sendo de

forma fragmentada. Portanto, deve ser um trabalho coletivo e flexível, para que possa ser ajustado de acordo com as necessidades de cada instituição.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adilson César de. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeog, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de out de 1988. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1998.

_____. MEC. **Lei n. 9394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2004.

Dicionário de Língua Portuguesa. Ed. Vale das Letras.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Educacional e Organização do Trabalho Pedagógico**. Curitiba: IESDE, 2003, p. 16.

FERREIRA, N. S. C. **Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”**. In: Educação e Sociedade. Campinas. Vol. 25, n. 89, Set/dez, 2004.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: V 35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1985.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. **Projeto Político - Pedagógico**: uma construção possível. São Paulo: Cortez, 2001.

VEIGA NETO, ALFREDO. **De Geometrias, Currículo e Diferenças** IN: Educação e Sociedade: formação de profissionais da educação, São Paulo, 2000.

_____, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____, **Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, São Paulo. Papirus 1995 – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).